



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO
COORDENADORIA DE GESTÃO PATRIMONIAL, ALMOXARIFADO E TRANSPORTE
SEÇÃO DE GESTÃO DE TRANSPORTES

ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES Nº 002/2023

1. DO OBJETIVO.

Têm por objetivo os presentes Estudos Preliminares identificar os problemas e estudar as soluções aplicáveis, por meio da documentação e reunião de elementos técnicos, mercadológicos, econômicos e ambientais necessários e suficientes a permitir a elaboração de termo de referência para aquisição de 02 (dois) veículos automotores novos tipo camioneta cabine dupla, à luz do disposto no art. 18, I e § 1º da Lei nº 14.133, de 1º/04/2021 e na Instrução Normativa n.º 58/2022 – SEGES/ME.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.

Atender as necessidades de transporte institucional da Secretaria do Tribunal e em demandas relacionadas aos Cartórios Eleitorais de todo o Estado, envolvendo o deslocamento de passageiros, equipamentos e materiais.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

3.1.. O valor previsto no Plano de Contratações Anual – PCA para esta demanda é de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Sendo assim, a solução mais viável terá como teto orçamentário o valor previsto no PCA. Quanto ao prazo de atendimento, a data para início da prestação do serviço ou recebimento do material é 1º/10/2023.

3.2. Os veículos a serem adquiridos devem atender aos padrões exigidos pela legislação e normas brasileiras em vigor e serem entregues nesta Capital em até 60 (sessenta) dias corridos contados do envio da nota de empenho, com o Certificado de Registro e Licenciamento de veículo (CRLV) em nome do TRE/RN, emplacados como veículo oficial da União e com todas as taxas do DETRAN pagas. Os veículos em aquisição devem ter nível de emissão de poluentes dentro dos limites do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE (a comprovação da conformidade deve ser feita pela ENCE - Etiqueta Nacional de Conservação de Energia), com base na tabela de classificação do nível de eficiência energética, de notas A a E, e de emissão de poluentes e gases na atmosfera (partículas), de notas de A a E. Para os veículos pretendidos, as notas de classificação poderão ser de A a C.

3.3. O fornecedor não precisa estar sediado no Rio Grande do Norte.

3.4. A solução pretendida deve atender aos requisitos de sustentabilidade previstos para as contratações públicas. Vale salientar que embora exista uma tendência mercadológica mundial de substituição dos veículos movidos a combustível fóssil pelos de propulsão elétrica, o alto custo destes últimos torna atualmente inviável essa escolha.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO.

4.1. A aquisição dos veículos é uma proposição da Seção de Gestão Transportes/COADI/SAOF, unidade responsável pela gestão da frota oficial e que tem entre suas atribuições, a teor do art. 50, inciso XI, da Resolução TRE/RN n.º 5/2012 (Regulamento da Secretaria), “sugerir e fundamentar a justificativa de alienação, substituição ou **aquisição** de novos veículos”. Após o exame de alternativas para a solução pretendida, a equipe de planejamento lotada na SETRAN concluiu que opções colocadas pelo mercado como o serviço denominado TaxiGov e a própria locação de veículos não se coadunam com a realidade deste órgão público. No caso do TaxiGov, levou-se em consideração o risco de comprometer a segurança de autoridades (magistrados, desembargadores e membros do Ministério Público) na sua condição de usuários durante deslocamentos a serviço do Tribunal, sobretudo pelo inconveniente da falta de controle sobre a escolha dos condutores. Quanto à locação de veículos para atender a essas necessidades, a equipe de planejamento considera uma opção onerosa e não viável financeiramente, considerando que o preço médio pesquisado de uma única diária fica em torno de R\$ 300,00.

4.2. Nos certames para aquisição de veículos zero quilômetro é comum haver conflitos entre concessionárias de fabricantes ou montadoras e revendedoras multimarcas em relação ao conceito do que é veículo zero quilômetro. Enquanto as concessionárias invocam o art. 12 da Lei 6.729/1979, conhecida como Lei Ferrari, para afastar revendedoras não autorizadas da disputa, as revendedoras sustentam que veículo zero quilômetro é o não usado. O TCU tem se posicionado no sentido de que a aceitação somente de concessionárias nos processos licitatórios, através da restrição do conceito de veículo 0 km, ofenderia os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da isonomia e da impessoalidade e a livre concorrência (Acórdão 1015/2022 TCU – Plenário). No mesmo sentido, o Acórdão 10125/2017-TCU-Segunda Câmara (relator: Ministro Augusto Nardes).

4.3. Assim, considerando o princípio da competitividade, estabelecido no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021, quanto maior o número de licitantes, maior é a probabilidade de as propostas contemplarem preços mais vantajosos para a Administração Pública. Portanto, deve ser permitida a participação tanto de concessionárias quanto de revendedoras multimarcas de veículos zero quilômetro na licitação.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

5.1. Aquisição de 02 (duas) camionetas cabine dupla a diesel, tração 4x4, zero quilômetro, para incorporação à frota oficial do TRE/RN, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. A solução apontada baseia-se na necessidade de garantir a locomoção dos usuários (magistrados, servidores e terceirizados) e o transporte de material eleitoral, de informática e de consumo, equipamentos e insumos para execução de obras e manutenção nos cartórios do interior do Estado, de maneira mais rápida e segura. A aquisição de dois novos veículos com essas características atende ainda à necessidade de renovação parcial da frota, considerando a previsão de desativação mediante desfazimento de pelo menos quatro veículos da frota atual. Vale salientar que os veículos do tipo picape são os mais utilizados pela Administração, sobretudo por serem mais espaçosos e mais seguros para trafegar na sofrível malha rodoviária do nosso Estado, como também pela manutenção menos dispendiosa em razão de sua reconhecida robustez.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS.

6.1. A quantificação da demanda levou em consideração o tempo de uso das quatro camionetas atualmente pertencentes à frota e, principalmente, a necessidade de se contar com veículos dessa categoria em boas condições para o transporte urbano e para viagens de longa duração. Verificamos que pelo menos três dessas camionetas, embora sejam relativamente novas (ano/modelo 2016/2016), já atingiram mais de 120 mil kms rodados, tantos são os chamados de transporte para os quais são

requisitadas. Sendo assim, espera-se que a aquisição de 2 (dois) veículos novos, conforme examinado nestes estudos, proporcione razoável conforto à unidade de gestão de transportes no desempenho de suas atribuições.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.

7.1. O valor estimado desta contratação é:

Descrição do objeto	Qtde	Preço Unitário médio (R\$)	Valor total(R\$)
Veículo tipo camioneta cabine dupla	02	R\$ 242.983,00	R\$ 485.966,00

Obs: o valor estimado foi obtido com base em consulta à Tabela Fipe e a revendedores de concessionárias autorizadas dos fabricantes das principais marcas do produto estabelecidas em Natal-RN.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO, SE APLICÁVEL.

Por se tratar de item único e não divisível a ser licitado (dois veículos com as mesmas características e finalidades), o parcelamento da solução não se aplica à aquisição em apreço.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.

Não há contratações correlatas que repercutam na viabilidade da presente contratação.

10. DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES – 2023.

A aquisição tem respaldo no Plano Anual de Contratações 2023, conforme código da demanda STR.POO_23.05.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE EFETIVIDADE E DE DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL.

Almeja-se com a contratação a otimização dos recursos públicos empregados na estruturação e manutenção da frota de veículos oficiais deste Tribunal, em virtude dos possíveis ganhos em eficiência, performance, conforto e segurança no atendimento das constantes demandas administrativas e judiciais, além da expectativa de benefícios em termos de sustentabilidade e economia, considerando que veículos novos consomem menos combustível, têm manutenção mais econômica e são tecnologicamente atualizados para serem mais silenciosos e funcionarem com baixa emissão de poluentes atmosféricos.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.

Não se aplica. Todos os contratos necessários para a utilização regular da frota de veículos estão vigentes e o licenciamento e a entrega do produto ficarão a cargo da empresa vencedora. Cabe apenas ao Tribunal incluir os veículos na lista de bens do contrato regular de seguro automotivo.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS DE TRATAMENTO.

Para esta contratação, foi dada preferência a opções de uso de combustível mais sustentável e de melhor eficiência energética, além de menor nível de emissão de poluentes, de modo a minimizar possíveis impactos ambientais, em conformidade com orientações normativas que regem a prática da sustentabilidade em contratações públicas.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante do que foi apresentado nestes estudos, a equipe de planejamento se posiciona pela viabilidade técnica e econômica da solução apontada, que também se acha aderente ao plano de contratações e ao planejamento estratégico deste Tribunal.

Natal – RN, 14 de julho de 2023.

Eduardo Cardoso dos Santos
Integrante demandante

Marcello Correia de Castro
Integrante técnico.